## II - Termo de responsabilidade do(s) autor(es) do projeto de especialidade de ...(a)

... (b), com domicílio em ..., contribuinte n.º ..., inscrito na ... (c) sob o n.º ..., declara, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, que o projeto de ... (a), de que é autor, relativo à obra de ... (d), localizada em ... (e), cuja ... (f) foi ... (g) por ... (h):

- Observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, com exceção de ..... (i);
- Está conforme com os planos municipais ou intermunicipais de ordenamento do território aplicáveis à pretensão, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do RJUE, bem como com ... (j).

Declara(m) ainda, para efeitos do n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual, que o(s) seguro(s) de responsabilidade civil extracontratual com a(s) Apólice(s) n.º... cujo(s) tomador(es) é/são.....abrange(m) a elaboração e subscrição do presente projeto, de acordo com a estimativa de custo total da obra, cujo valor é de ...;

... (data).

... (assinatura) (k).

... (código de verificação das competências profissionais)

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO:

(a) Identificar o projeto de especialidade em questão;
(b) Indicar nome e habilitação do(s) autor(es) do projeto;
(c) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso;
(d) Indicar o tipo de operação urbanística a realizar;
(e) Indicar a localização da obra (rua, número de polícia e freguesia);
(f) Indicar se se trata de licenciamento, comunicação prévia ou pedido de informação prévia;
(g) Indicar que foi «requerido» no caso de licenciamento ou de pedido de informação prévia ou «apresentado» no caso de comunicação prévia;
(h) Indicar o nome e morada do requerente ou comunicante;
(i) Identificar e justificar de forma fundamentada os motivos da não observância das normas técnicas e regulamentares nos casos previstos no n.º 5 do artigo 10.º do RJUE;
(j) Indicar a licença de operação loteamento ou informação prévia favorável, quando aplicável;
(k) Para a assinatura digital, devem ser utilizados mecanismos de autenticação segura, incluindo os do Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital, com possibilidade de recurso ao Sistema de Certificação de

Atributos Profissionais (SCAP), bem como os meios de identificação eletrónica emitidos noutros Estados-Membros reconhecidos para o efeito nos termos do artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 910/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho.